

A. I. N° - 017464.0012/07-8
AUTUADO - UNACAU INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - BELANISIA MARIA AMARAL DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 07. 08. 2008

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0258-01/08

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. MULTA. É devida a multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Infração parcialmente elidida. **2.** DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO REGISTRO DE SAÍDAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Os documentos não escriturados correspondem a operações de circulação de mercadorias efetuadas regularmente, sujeitas ao imposto. O lançamento referente às infrações 02 e 03 é subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 21.09.2007, traz a exigência do ICMS, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de R\$ 23.709,45, conforme infrações a seguir imputadas:

Infração 01 - deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Multa de 10%, relativo aos meses de outubro e dezembro/2002, janeiro, fevereiro, agosto e outubro/2003, janeiro a março e junho/2004. Referente às notas fiscais números: 5135, 13970, 5224, 289774, 281310, 2603, 37688 e 281306 do exercício de 2002; notas fiscais números: 62955, 287558, 15274, 196251, 0172873 do exercício de 2003; notas fiscais números: 10935, 155664, 80360, 20714, 345515, 21725, 7042, 8431, 350870, 8614 e 3270 do exercício de 2004, conforme planilha da auditoria em Lançamentos de Documentos Fiscais -Entradas - Audif 202;

Infração 02 - deixou de recolher, nos prazos regulamentares, ICMS referente às operações não escrituradas nos livros fiscais próprios, conforme planilha da Auditoria em Lançamentos de Documentos Fiscais - Saídas Audif 202, referente às Notas Fiscais 2448, 2919, 2957, 2958 e 2949. ICMS no valor de R\$ 5.543,51, acrescido de multa de 70%, relativo aos meses de agosto e dezembro/2003;

Infração 03 - Deixou de recolher, nos prazos regulamentares, ICMS referente às operações não escrituradas nos livros fiscais próprios, conforme planilha Auditoria em Lançamentos de Documentos Fiscais - Saídas - Audif 202, referente a Nota Fiscal numero 2949. ICMS no valor de R\$ 8,50, acrescido de multa de 70%.

A autuada, às fls. 159 a 164, apresenta impugnação, relacionando as notas por ela localizadas, cujos lançamentos foram realizados nos livros Registros de Entradas de n°s 04, 05 e 06, notadamente as NF's de n° 5135, 13970, 289774, 281310, 281306, 37688, 5524. 2603, 19625, 172873, 80360, 155664, 20714, 345515, 21725, 7042, 350870, chamando atenção apenas para a NF 5524, no valor de R\$ 15.332,63, que a autuada informa ter sido registrada no livro de Registro Entradas n° 06, com valor de R\$ 14.602,50, sem que tenha sido considerado o valor do IPI, bem como a NF 350870, no valor de R\$ 13.685,76, alegando que a mesma fora registrada na data de 31/03/2004, porém com numeração diferente (353162).

Alega que, por não ter encontrado o lançamento referente às notas fiscais (287558, 15274, 10935, 8431, 287558, 28755, 8614, 3270, apresentou, na oportunidade da apresentação da defesa, a respectiva guia de recolhimento, no valor de R\$ 3.206,66 (Parte DAE 702612364).

De igual forma apresentou recolhimento das notas fiscais números: 2448, 2919, 2949, 2957, 2958, (Parte DAE 702612364), referente ao ICMS não recolhido, com incidência de multa de 70%, conforme Artigo 42, inciso III da Lei 7.014/96, acrescido de atualização monetária.

Conclui sua defesa requerendo julgamento da improcedência em parte da autuação, no tocante ao valor de R\$ 14.950,81, cujos documentos entende que foram lançados de maneira devida, cancelando-se, assim, a exigência do pagamento referente à multa de 10% sobre o valor das mercadorias.

A autuante apresenta sua informação fiscal (fls. 205 e 206), afirmando, em relação às argumentações de defesa que, diante dos fatos apresentados acata as alegações da autuada em relação à infração 01, notas fiscais números: 5135, 13970, 289774, 281310, 281306; 37688; 5524;62955; 2603;19625; 172873; 80360; 155664; 20714; 345515; 21725; 7042; 580870. Restando a exigência em relação às notas fiscais números: (287558, 15274, 10935, 8431, 287558, 28755, 8614, 3270, apresentou, na oportunidade da apresentação da defesa, a respectiva guia de recolhimento, no valor de R\$ 3.206,66 (Parte DAE 702612364).

Em relação à infração 02, afirma que a autuada reconhece, com apresentação do recolhimento do ICMS no valor de R\$ 5.552,01, acrescida da atualização monetária mais multa (parte do DAE 702612364).

Conclui sua defesa requerendo o julgamento de procedência em parte do auto de infração.

VOTO

O presente lançamento, ora impugnado, traz a exigência fiscal, imputando ao sujeito passivo 03 infrações: a primeira impõe multa por descumprimento de obrigação acessória em razão de entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal; a segunda e terceira, exigem o ICMS, em razão da falta de recolhimento desse imposto nos prazos regulamentares, referente às operações não escrituradas nos Livros Fiscais de Saídas.

O autuado reconhece as exigências relativas às infrações 02 e 03, e recolhe o imposto devido conforme indica o documento do SIGAT, à fl. 216 dos autos.

Quanto à infração 01, o impugnante demonstra que as notas fiscais números: 5135, 13970, 289774, 281310, 281306; 37688; 5524;62955; 2603;19625; 172873; 80360; 155664; 20714; 345515; 21725; 7042; 580870, foram devidamente lançadas nos livros fiscais de entrada, fato acolhido, corretamente, pelo autuante, tendo em vista a apresentação da cópia dos livros de entradas com os respectivos registros às fls. 189 a 201 dos autos. Já no tocante às notas fiscais números: 287558, 15274, 10935, 8431, 287558, 28755, 8614, 3270, alega que, por não ter encontrado o lançamento referente às essas notas fiscais, apresentou, juntamente com sua defesa, a respectiva guia de recolhimento, no valor de R\$ 3.206,66 (DAE 702612364), portanto, reconhecendo parte da infração 01, que fica caracterizada parcialmente.

Assim, a infração 01, que originalmente exigia a multa de R\$ R\$ 18.157,44, relativa a 10% sobre o valor comercial das mercadorias tributáveis não registradas, passa a exigir o valor de R\$ 3.206,66, conforme segue:

INFRAÇÃO N o	OCORRÊNCIA	NOTA FISCAL	MULTA 10%
01	fev/03	287558	108,13
01	agosto/03	15274	38,28
01	jan/04	10935	48,00
01	fev/04	8431	567,29
01	março/04	8614	2.286,88
01	junho/04	3270	158,08
TOTAL			3.206,66

Restou, portanto, parcialmente procedente a infração 01, com multa no valor de R\$ 3.206,66 e procedentes as infrações 02 e 03, respectivamente nos valores de R\$ 5.543,51 e R\$ 8,50.

Ante o exposto, voto PARCIALMENTE PROCEDENTE o presente Auto de Infração, devendo ser homologado os valores recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **017464.0012/07-8**, lavrado contra **UNACAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$5.552,01**, acrescido da multa de 70%, prevista no artigo 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$3.206,66**, prevista no art. 42, IX da mesma lei, e dos acréscimos moratórios, conforme norma da Lei nº 9.837/05, devendo ser homologado o quanto recolhido.

Sala das Sessões CONSEF, 28 de julho de 2008.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR